

A influência do positivismo e do historicismo na educação e no ensino de história

Rosângela Célia Faustino* e João Luiz Gasparin

*Departamento de Teoria e Prática da Educação, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil. *Author for Correspondence. e-mail: rofaustino@onda.com.br*

RESUMO. O presente estudo objetiva mostrar a formação do pensamento positivista desenvolvido no século XIX por Augusto Comte, cujo objetivo era o de disseminar a necessidade da ordem para viabilizar o progresso, por Leopold von Ranke, que lutou pela neutralidade científica, mostrando a influência destas formulações teóricas na organização do sistema público de educação e no ensino de História.

Palavras-chave: positivismo e educação, positivismo e ensino de História.

ABSTRACT. *The influence of positivism and historicism in education and in the teaching of history.* The aim of the present paper is to discuss the structure of the positivistic philosophy, developed by Auguste Comte in the nineteenth century with the objective of disseminating the necessity for order to make progress viable, and the ideas of Leopold von Ranke who advocated scientific neutrality, thus showing the influence of these authors in the establishment of the public school system and in the teaching of History.

Key words: positivism and education, positivism and History teaching.

A sociedade contemporânea é originária da organização social que se processou no final do século XVIII, consolidando-se no decorrer do século XIX com o estabelecimento do capitalismo enquanto modo de produção dominante. Sendo assim, esse período se torna fecundo para o entendimento da constituição do mundo capitalista, das reflexões por ele engendradas e sua relação com a educação e o ensino de História.

A revolução industrial não causou apenas mudança na forma de produzir e distribuir mercadorias, mas, principalmente, imprimiu um novo dinamismo nas relações comerciais entre as nações, influenciando uma nova forma de vida e de trabalho. Esse dinamismo, iniciado em alguns países da Europa, aos poucos, foi atingindo todo o globo.

Com o enriquecimento surgido através da produção em grande escala de bens de consumo, ou seja, de mercadorias, criou-se a necessidade do aperfeiçoamento da produção e da expansão do mercado consumidor. Essas transformações atingiram toda a estrutura social, causando inúmeros protestos, revoltas e guerras, levados a cabo por aqueles que ficaram excluídos dos benefícios dessa nova fonte de produção de riquezas.

Com o crescimento da indústria e as novas descobertas que incrementaram o desenvolvimento da ciência, criou-se a idéia de um progresso contínuo da sociedade. A idéia de que a finalidade do mundo era esse progresso ininterrupto fazia com que fossem rejeitadas todas as manifestações que ameaçassem esse processo. Os detentores do poder econômico e, conseqüentemente, do poder político perceberam, bem cedo, a necessidade da ordem enquanto forma de garantir o progresso.

No campo das idéias, originou-se daí o chamado pensamento positivista, através dos escritos de Condorcet, Saint-Simon e Auguste Comte, este último considerado o fundador dessa concepção, que visava, principalmente, a redução das diferenças, das contradições sociais no século XIX. Partindo do pressuposto de que nenhuma concepção pode existir fora de sua historicidade, pois todo pensador estabelece um diálogo com seu tempo, esse objeto será discutido no contexto histórico em que essas concepções se desenvolveram.

O Positivismo

O final do século XVIII foi marcado pela Revolução de 1789, que pôs fim à ordem antiga,

retirando os poderes do monarca francês e entregando-os ao Parlamento, supostamente representante do povo. A revolução burguesa, deflagrada na França no final do século XVIII, foi um importante acontecimento, na medida em que operou mudanças radicais na estrutura daquela sociedade, tendo seus ideais repercutidos para todo o mundo.

O processo de crise que fez detonar a Revolução começou em 1787, quando a crise financeira que a monarquia atravessava tornou-se tão aguda que a única forma de resolvê-la exigia a reforma do sistema fiscal do reino(...). Ao aceitar a convocação dos Estados Gerais para aprovar as reformas necessárias (...) a aristocracia subestimou perigosamente a força e a capacidade políticas do Terceiro Estado. (...) ao contrário dos camponeses e sans-culottes, que eram pobres e analfabetos, a burguesia tinha riqueza e cultura política. Era a única a possuir uma consciência de classe e um projeto político alternativo ao Antigo Regime (Florenzano, 1991, p.34-36).

Esse projeto político burguês baseou-se em princípios liberais de liberdade de produção e circulação de mercadorias e na produção realizada através do trabalho assalariado.

Ao exigir a transformação dos *Estados Gerais* em *Assembléia Constituinte* - no limiar da Revolução - a burguesia estava realizando uma revolução jurídico-política, pois, a partir dessa conquista, o poder passou das mãos do rei às mãos da nação. Porém, se a burguesia não tivesse tido o respaldo da revolução popular - mobilizada pela conjuntura da crise econômica que acontecia no campo e nas cidades - essa revolução jurídico-política não teria sido vitoriosa.

As lutas dos trabalhadores do campo e da cidade, contra a pobreza e a opressão, evidenciavam o doloroso problema de uma sociedade baseada em estamentos, os quais inviabilizavam a sobrevivência e reprodução do *Terceiro Estado*. Esses acontecimentos não podiam mais ser ignorados por aqueles que pensavam e escreviam sobre a realidade social.

No campo da ciência, da produção do conhecimento, esse período mostra-se, conseqüentemente, bastante turbulento também. A ciência experimental, que tem seu início com Galileu, no final do século XVI, vai se estabelecendo no final do século XVII, com Newton, e tem seu desenvolvimento maior no decorrer do século XVIII, com a chamada filosofia das luzes. A partir desse incremento científico, os dogmas antigos foram sendo todos questionados. A ciência estava buscando o entendimento e a explicação da natureza, através de métodos mais eficazes, de forma objetiva, visando torná-la útil à vida do homem na terra.

Iniciado nos séculos que antecederam a Revolução na França, com a vitória da burguesia, esse pensamento se intensificou em todos os domínios do conhecimento e se consolidou a partir do século XIX.

Com a burguesia no poder e a Revolução Industrial em pleno desenvolvimento, o mundo começou a apresentar outra racionalidade, totalmente independente dos dogmatismos do pensamento religioso dominante no período anterior.

O progresso material, aliado à liberdade de expressão, fez com que outras teorias surgissem na tentativa de explicar o real. O pensamento evolucionista, que visava à descoberta e à exposição dos estágios do crescimento humano, e o positivismo, que pretendia demonstrar as leis objetivas que regem o mundo, encontraram ambiente propício para se desenvolverem.

Através do uso de métodos de investigação, como a observação, experimentação, dedução e comparação, a ciência se apresenta, nesse período, como um instrumento capaz de desvendar, explicar e resolver os problemas enfrentados pela humanidade. Para tanto, fazia-se necessário descobrir, através de pressupostos científicos, as leis ou postulados que regiam o mundo, para que a realidade pudesse se tornar inteligível.

Como os procedimentos científicos haviam proporcionado inúmeras descobertas no campo das ciências exatas e naturais, caberia então às ciências sociais descobrir as leis que possibilitassem o conhecimento do homem. A partir daí foram criadas, no século XIX, sociedades científicas encarregadas de desenvolver pesquisas na área de ciências sociais e humanas.

Augusto Comte e a necessidade da ordem

Augusto Comte nasceu na França, no final do século XVIII (1798), e viveu até a primeira metade do século XIX (1857). Educado num contexto de lutas entre a burguesia e o proletariado, assistiu, muitas vezes, a embates violentos, que, posteriormente, chamou de anarquia e desordem.

Com a implementação do trabalho assalariado em grande escala, a garantia da propriedade privada dos bens de produção e a preocupação com a abertura de novos mercados, visando aumentar o lucro, o capitalismo ia garantindo sua reprodução a despeito das contradições oriundas da exploração da classe trabalhadora. Porém, esse processo de lutas constantes entre a burguesia e os trabalhadores criava uma grande instabilidade nas instituições burguesas, fazendo com que se pensasse em

soluções para pôr fim aos conflitos e frear os protestos. A repressão e a violência eram constantemente utilizadas, o voto censitário foi aprovado para impedir a representação do povo no Parlamento. Nesse sentido, um dos principais objetivos de Comte era apresentar, no campo teórico, uma solução para essa crise:

(...) a razão pública deve encontrar-se implicitamente disposta a acolher atualmente o espírito positivo como a única base possível para uma verdadeira resolução da profunda anarquia intelectual e moral, que caracteriza sobremaneira a grande crise moderna (Comte, 1978: 58-59).

Comte inicia a publicação de seu *Curso de Filosofia Positiva* em 1830, concluindo-o em 1842, período em que os republicanos e liberais franceses se rebelaram contra a monarquia de Carlos X, e os operários empreenderam diversas revoltas contra a exploração do trabalho assalariado.

Nesse contexto de desordem, a *ordem* se apresenta enquanto uma condição fundamental para o *progresso* da humanidade, segundo Comte. Buscava-se, através do progresso, a ascendência universal do *espírito positivo*¹. Esse espírito poria fim às paixões e conduziria a humanidade ao desenvolvimento harmonioso.

De agora em diante, ao contrário, todas as especulações reais, convenientemente sistematizadas, sem cessar concorrerão a constituir, tanto quanto possível, para a universal preponderância da moral, posto que o ponto de vista social virá a ser necessariamente o vínculo científico e o regulador lógico de todos os outros aspectos positivos (Comte, 1978: 76).

¹ Segundo Comte "a palavra positivo designa *real*, em oposição a quimérico. Desta óptica, convém plenamente ao novo espírito filosófico, caracterizado segundo sua constante dedicação a pesquisas verdadeiramente acessíveis à nossa inteligência, com exclusão permanente dos impenetráveis mistérios de que se ocupa, sobretudo em sua infância. Num segundo sentido, muito vizinho do precedente, embora distinto, esse termo fundamental indica o contraste entre *útil* e ocioso. Lembra então, em filosofia, o destino necessário de todas as nossas especulações sadias para aperfeiçoamento contínuo de nossa verdadeira condição individual ou coletiva, em lugar da vã satisfação duma curiosidade estéril. Segundo uma terceira significação usual, essa feliz expressão é frequentemente empregada para qualificar a oposição entre a *certeza* e a indecisão. Indica assim a aptidão característica de tal filosofia para constituir espontaneamente a harmonia lógica no indivíduo, e a comunhão espiritual na espécie inteira, em lugar dessas dúvidas indefinidas e desses debates intermináveis que devia suscitar o antigo regime mental. Uma quarta acepção ordinária, muitas vezes confundida com a precedente, consiste em opor o preciso ao vago. (...)

É preciso, enfim, observar especialmente uma quinta aplicação, menos usada que as outras, embora igualmente universal, quando se emprega a palavra positivo como contrária a *negativo*. Sob esse aspecto, indica uma das mais eminentes propriedades da verdadeira filosofia moderna, mostrando-a destinada sobretudo, por sua própria natureza, não a destruir, mas a *organizar*." (Comte, 1978: 62).

O espírito positivo propunha uma visão e uma ação de conjunto. A sociedade era entendida como um corpo social, dividido em várias partes, cada uma com sua função e importância. Para que esse corpo funcionasse bem, todos os órgãos deveriam cooperar entre si.

A harmonia e a convivência pacífica de todos os sujeitos, independentemente da classe e do papel desempenhado na sociedade, conduziria a humanidade ao bem público e à felicidade individual, a partir do momento em que cada um compreendesse sua função no "corpo" social.

Nessa concepção, a sociedade é regida por leis naturais que explicam seu desenvolvimento. Assim, a evolução histórica e cultural da humanidade é apresentada na lei dos três estados:

(...) consiste em que cada uma de nossas concepções principais, cada rumo de nossos conhecimentos, passa sucessivamente por três estados históricos diferentes: estado teológico ou fictício; estado metafísico ou abstrato; estado científico ou positivo (Comte, 1978: 113).

No estado teológico - estado natural e primitivo da inteligência humana - que corresponde à antiguidade, os fenômenos explicam-se pela intervenção arbitrária de agentes sobrenaturais que dão conta de todas as irregularidades do universo. No estado metafísico, que corresponde ao chamado período medieval, forças abstratas tomam o lugar dos agentes sobrenaturais na explicação da experiência humana. No estado positivo, correspondente à modernidade, a inteligência do homem não deve buscar noções absolutas ou conjecturar sobre a origem do universo, mas, sim, buscar, através do uso da razão, da observação e de leis efetivas, as relações que ligam todos os fenômenos.

Nesse modelo explicativo, o real não é estático, porém, a dinâmica que ocasiona a transformação se dá de forma evolutiva, linear e previsível. Apresenta-se com um encadeamento objetivo, pois o estado da civilização humana em cada geração depende do estado da geração precedente e que irá produzir o seguinte. Essa forma de entender e explicar a sociedade nega o conhecimento *a priori* adotado pelos filósofos escolásticos e cria um encadeamento temporal entre passado, presente e futuro.

O espírito positivo, em virtude de sua natureza eminentemente relativa, é o único a poder representar convenientemente todas as grandes épocas históricas, como tantas fases determinadas duma mesma evolução fundamental, onde cada uma resulta da precedente e prepara a seguinte, segundo leis invariáveis que fixam sua participação especial na

progressão comum, de maneira a sempre permitir, sem maior inconveniência do que parcialidade, fazer exata justiça filosófica a qualquer sorte de cooperação (Comte, 1978: 71).

Devido à importância dada ao conhecimento científico nesse período - a partir do século XVII, a observação, a experimentação, a comparação e a classificação dos fenômenos passaram a ser os instrumentos utilizados pela ciência para se chegar à verdade - objetivou-se elevar a História à categoria de ciência e, para que isso fosse possível, dever-se-ia buscar suas leis gerais. Desde o século XVI, com o renascimento cultural ocorrido na Europa, multiplicaram-se as técnicas para reunir, preparar e criticar uma série de documentos considerados importantes para o fornecimento de dados à interpretação histórica, mas é no século XVIII que as filosofias da História tomam forma.

Pensadores como Voltaire, Kant ou Condorcet acreditam num movimento ascendente da humanidade em direção a um estado ideal. No século XIX, sob o impacto da Revolução Francesa e de outras revoluções na Europa, florescem filosofias da história. Quer sejam religiosas ou atéticas, otimistas ou pessimistas, têm todas em comum descobrir um sentido para a história. As doutrinas de Hegel e de Comte representam modelos de gênero: organizam os períodos, apreciam as mudanças ou as permanências, interpretam a evolução geral do mundo com o auxílio de um princípio único - a marcha do espírito ou a lei dos três estados. (Bourdieu ; Martin, [s.d.]: 44).

Considerando o devir histórico condicionado aos estágios de desenvolvimento da humanidade, a visão de história sob o referencial positivista e cientificista pressupunha também que o investigador, aquele que busca a verdade, não deveria se envolver com o objeto investigado. Sua função consistiria em relacionar, observar e explicar uma dada realidade a partir da aplicação do *método científico*.

A física social - ciência que tem por objeto próprio o estudo dos fenômenos sociais considerados com o mesmo espírito que os fenômenos astronômicos, físicos, químicos e fisiológicos - de Comte, ao investigar os fenômenos sociais com os mesmos critérios empregados no estudo das outras ciências, atribui um caráter eminentemente objetivo à História. Daí resulta também um dos principais pressupostos dessa teoria, que é o cientificismo e a neutralidade científica. O investigador deve viver o real, tentar entendê-lo e explicá-lo, porém, sem se deixar influenciar pelo *espírito* de seu tempo.

Num momento em que os trabalhadores urbanos estavam em constantes sublevações, a burguesia - que não era uma classe homogênea -

lutava com suas próprias facções para fazer valer o interesse ora do comércio, ora da indústria; a realidade social se apresentava de forma incerta e turbulenta. Qualquer demonstração de emoções acaloradas no campo das idéias não contribuiria em nada com a ordem que se intentava.

Interessava, portanto, ao positivismo a renúncia ao desejo de procurar a origem e o destino do universo e o conhecimento das causas íntimas dos fenômenos - como haviam feito vários pensadores antigos e medievais - para se dedicar à descoberta, através do uso do raciocínio e da observação, das leis verdadeiras e de suas relações objetivas com o real.

É nas leis dos fenômenos que consiste realmente a ciência, à qual os fatos propriamente ditos, por mais exatos e numerosos que possam ser, nada mais fornecem do que os materiais indispensáveis. (...) a verdadeira ciência, longe de ser formada de simples observações, tende sempre a dispensar, tanto quanto possível, a exploração direta, substituindo-a por essa previsão racional, que constitui a todos os respeito, o principal caráter do espírito positivo. (...) O verdadeiro espírito positivo consiste sobretudo em ver para prever, em estudar o que é a fim de conduzir o que será, segundo o dogma geral da invariabilidade das leis naturais (Comte, 1978: 77).

A produção do conhecimento histórico, resultante dessa escola de pensamento, valorizava a seleção de um grande número de fatos bem respaldados por documentos, de onde se retiravam ou resgatavam os acontecimentos do passado que deveriam servir para a compreensão da sociedade do presente.

A reflexão ou o recurso à interpretação mostrava-se inútil e prejudicial, podendo deturpar o fato e introduzir a especulação. O conhecimento do passado tinha a função de explicar o presente e ajudar a prever o futuro.

Ao criticar as especulações metafísicas que antecederam Bacon, Galileu e Descartes, Comte objetiva imprimir um caráter eminentemente técnico à produção do conhecimento, atribuindo aos fenômenos um sentido *natural* de repetições e ignorando os condicionamentos históricos a que se submetem os acontecimentos.

Com o estudo do pensamento de Comte, percebe-se mais claramente como certas formas de materialismo mecanicista, que, num primeiro momento, foram instrumentos de luta contra o obscurantismo clerical e seus dogmas imutáveis, transformam-se no século XIX, em concepções que irão propiciar a manutenção da ordem estabelecida após a concretização dos ideais burgueses.

O positivismo, que havia surgido em fins do século XVIII e princípio do século XIX como uma

crítica da burguesia antiabsolutista, no decorrer do século XIX, transformou-se numa ideologia conservadora identificada com a ordem industrial burguesa.

Por isto, Comte - e não Condorcet ou Saint-Simon - é considerado o fundador do positivismo. Isso se dá devido ao fato de Comte realizar a conversão da visão de mundo positivista em um sistema conceitual que tende à defesa da ordem estabelecida.

Constituído enquanto corpo teórico sistematizado, no final da primeira metade do século XIX, o positivismo passou a ser a forma de explicar o funcionamento do mundo, melhor aceita pela classe dominante, pois foi organizado com base nos progressos que a ciência e a técnica haviam alcançado até então. Dessa forma, essa concepção se apresentava alicerçada na crença da ciência enquanto instrumento capaz de oferecer a solução para os problemas da humanidade.

Do final do século XVIII até 1830, a burguesia lutou veementemente contra a ordem feudal. Os resquícios do Antigo Regime, que sobreviveram à Revolução, foram gradualmente derrotados pelas revoluções liberais e pelo jogo de forças no Parlamento, restando, como principal inimigo a ser combatido, os trabalhadores urbanos e suas manifestações populares.

Os protestos contra os problemas sociais gerados pela revolução industrial incomodavam não só a classe dominante, mas também a elite pensante do século XIX. Estas últimas viam nas propostas conservadoras de Comte a possibilidade de superação das questões que se colocavam como entraves ao progresso econômico, pois esse pensador havia desenvolvido um método capaz de explicar o funcionamento do mundo em seus diversos períodos. Partiu dos períodos antigos pelos quais passara a humanidade - teológico e metafísico - para chegar à racionalidade que se adquiriu no último e mais elevado dos estágios da vida humana, que chamou de *positivo*. Para Comte, a superstição e a ignorância existentes nos períodos anteriores foram superadas, a partir do momento em que a sociedade passou a ser regida pelo conhecimento científico, obtido através da observação das leis naturais existentes no universo. Divulgou-se que, através do domínio do conhecimento científico e da posse das verdades reveladas pela ciência, poder-se-ia formar o homem moderno, ou seja, o "cidadão pleno".

O positivismo como concepção de mundo passou, então, a servir como doutrina, que, se adotada, poderia permitir à classe dominante a manutenção da ordem em meio à turbulência

revolucionária, uma vez que propunha a conciliação das classes em nome do progresso social.

Estudando a sociedade a partir da lei dos três estados, Comte classificou as ciências do conhecimento também em períodos de desenvolvimento: o teológico, o metafísico e o positivo. Essa ordem demonstra a trajetória por que passou a inteligência humana. Sendo assim, o pensamento positivo revelou-se primeiro na Matemática, na Física, na Química, na Biologia, devendo chegar à constituição de uma ciência positiva da sociedade, que era a Sociologia. Como a ciência, ao estudar um organismo, deve considerá-lo envolvido no todo, a sociedade também deve ser estudada como um todo. Resulta daí a idéia do corpo social.

Comte elegeu como categorias centrais para o estudo da sociedade a *estática* e a *dinâmica*. A primeira consiste no estudo do consenso social, implicando a análise da estrutura da sociedade e das inter-relações existentes entre suas diversas instituições. A segunda consiste no estudo e descrição das etapas sucessivas percorridas pelas sociedades humanas através da lei dos três estados. Desta forma, estática e dinâmica remetem aos termos de ordem e progresso sendo este último o resultado do desenvolvimento daquela primeira. Decorre daí a concepção de história presente no pensamento de Comte, em que a harmonia social advém do progresso que se dá através da ordem.

Essa concepção de história se fez presente no Brasil a partir de meados da segunda metade do século XIX. Um dos símbolos tradicionais mais importantes da História do Brasil vem marcado pela concepção positivista de história: a bandeira brasileira exibe a divisa ordem e progresso, idealizada por Benjamin Constant e defendida por outros importantes positivistas² brasileiros.

O positivismo tornou-se no Brasil, como em outros países, um movimento político organizado e seus temas foram bastante divulgados. Segundo Habermas, muitas das concepções de história existentes são influenciadas pelas idéias positivistas.

Leopold von Ranke e a neutralidade científica

Leopold von Ranke nasceu na Prússia, no final do século XVIII (1795), e viveu praticamente todo o século XIX (1886). Seu pensamento caracterizou-se pela busca da objetividade e da aplicação do método

² Conforme afirma Carvalho. (1995: 151), os debates travados acerca do modelo de bandeira e da colocação da divisa positivista de *ordem e progresso* está bem documentado na Coletânea organizada pela Igreja do Apostolado Positivista do Brasil com o título de *a bandeira nacional*.

histórico³ na investigação dos fenômenos sociais. A chamada história científica, divulgada por Ranke, tinha como bases principais a neutralidade científica, a objetividade e a fidelidade aos documentos. Seu desejo, ao estudar a história, era o de “mostrar” o passado sem sucumbir às paixões terrenas.

Foi grande a influência desse pensador alemão sobre a historiografia europeia. Encontra-se, em suas idéias, a maior parte dos pressupostos de Charles Langlois, Ernest Lavisse, Charles Seignobos, Fustel de Coulanges – professores de história e autores de vários livros destinados ao ensino dessa disciplina – cujas premissas correspondem à recusa de toda reflexão teórica, à redução do papel da História, à coleta de fatos e à afirmação da passividade do historiador diante do material com que trabalha.

Ranke tentou, tanto quanto possível, eliminar os pontos de vista pessoais⁴ que poderiam desfigurar o “verdadeiro” conteúdo da história. A fórmula empregada para garantir essa neutralidade foi a de fundar os estudos das questões sociais sobre métodos rigorosamente científicos. Os estudos históricos sob a perspectiva de Ranke diferenciam-se dos estudos filosóficos por serem a “ciência do único” e terem como base a observação dos fatos, enquanto a filosofia se ocupa de abstrações e generalizações.

Quem melhor especificou o método científico aplicado ao estudo da história foram os franceses Langlois e Seignobos, em sua obra *Introdução aos Estudos Históricos*, que teve sua primeira edição em 1898, na França. Para Langlois e Seignobos,

Indiscutivelmente é a história a disciplina em que com maior império se faz sentir a necessidade de bem conhecerem os autores os métodos próprios, que lhes devem presidir à feitura das obras. (...) os processos racionais, que nos levam a atingir o conhecimento histórico, são tão diferentes dos das demais ciências que devemos conhecer-lhes as peculiaridades, para fugirmos à tentação de aplicar à história os métodos das ciências já constituídas (Langlois; Seignobos, 1946: 10).

Inerente à busca do método histórico está a importância da valorização das fontes documentais para o conhecimento da história. A história

científica, dita objetiva, credita ao documento escrito grande importância, uma vez que este é a prova de que o que se está dizendo é verdadeiro.

Ranke aplicou aos estudos históricos recursos de pesquisa e crítica das fontes esses procedimentos que já vinham sendo utilizados pelos filólogos e exegetas da Bíblia – citação e respeito ao originais – mas não eram respeitados comumente pelos historiadores, que compilavam partes de textos antigos sem citar e sem deixar claro onde acabava o documento e começava a interferência do autor. Dificultavam, dessa forma, a continuidade do trabalho por outros pesquisadores e impediam a crítica para se conhecer a verdade dos fatos através dos documentos.

Na concepção de Ranke, afiançada por Langlois e Seignobos, consideram-se documentos apenas as fontes escritas, possíveis de serem coletadas, reunidas e criticadas.

Acreditava-se que um dia, quando todos os documentos tivessem sido investigados e transcritos de forma a facilitar o acesso ao público, através de coleções de história universal, a História como disciplina perderia sua função e deixaria de existir.

Langlois e Seignobos afirmaram que, após a Revolução de 1789 na França, os documentos que antes se encontravam espalhados pelos conventos, corporações extintas, museus da coroa ou faziam parte de coleções particulares, inviabilizando o acesso do público, foram todos confiscados em benefício do Estado e repartidos por vários estabelecimentos públicos, facilitando o acesso aos pesquisadores.

Com o desenvolvimento dos processos de reprodução – incrementados no século XIX – o problema da centralização dos documentos deixou de ser grave pois possibilitou a pesquisa nos arquivos públicos, museus e bibliotecas, havendo que se considerar, porém, que nem todos os documentos mereciam confiança. Entraria aí o laborioso trabalho do historiador que é o de – entre outros – *realizar a crítica de restauração*⁵.

Comprovada a veracidade do documento, o historiador deveria partir para a análise, todavia, sem esquecer que

O verdadeiro erudito possui sangue frio, é reservado e circunspecto; no meio da torrente da vida contemporânea que em torno de si arremete, mantém-se sereno, jamais se apressa. (...) O importante é que o que for feito seja sólido, definitivo, incorruptível (Langlois; Seignobos, 1946: 90).

³ O método histórico que é detalhadamente explicado por Langlois e Seignobos em toda sua obra, possui três momentos principais: (1) a pesquisa dos documentos e sua localização; (2) as operações analíticas que compreendem a crítica externa e interna, crítica de restituição, crítica de proveniência e classificação, crítica de interpretação, sinceridade e exatidão; (3) as operações sintéticas: a construção histórica, o agrupamento dos fatos, a exposição, a escrita histórica. Em seu auxílio, o historiador deve recorrer a outras ciências auxiliares tais como: a epigrafia, paleografia, diplomática, heráldica e outras.

⁴ A interferência pessoal, o julgamento ou os juízos de valor empregados pelos historiadores medievais haviam já sido muito combatidos pelos antecessores de Ranke. A esse respeito, ver Bourdê; Martin, [s.d.] : 28-43.

⁵ No Capítulo II, Crítica de Restauração, da *Introdução aos Estudos Históricos*, Langlois e Seignobos fazem uma série de observações e recomendações àqueles que desejam realizar estudos históricos, no sentido de se certificarem da autenticidade dos documentos.

O que se objetivava com afirmações desse jaez é pensar uma investigação e produção científicas afastadas de qualquer pressuposto filosófico - considerado especulativo, no mau sentido - visando a mais absoluta objetividade, que poderia ser atingida quando o investigador se munisse de instrumentos rigorosos, no que se referia ao levantamento das fontes e posterior publicação dos fatos investigados.

Considerando, contudo, que a consciência humana não é isenta de historicidade, sendo formada de acordo com o momento histórico em que se vive, Ranke, mesmo tendo se esforçado muito, não conseguiu a neutralidade que tanto defendia para os estudos históricos.

(...) perdido numa floresta imensa de fontes documentais ainda virgens, precisou apelar para um rigoroso critério de seleção do material utilizável, sob pena de não levar a bom termo sua obra. Ainda que justa, [esta] argumentação não justifica, ou justifica mal, o fato da divisão do trabalho que o historiador escolheu para favorecer justamente os grupos políticos sociais privilegiados (Holanda, 1979: 33).

Sérgio Buarque de Holanda assevera que Ranke não pode ser considerado um positivista nos moldes de Augusto Comte, pois, mesmo admitindo o rigor científico, a observação, como método de pesquisa e defendendo a objetividade no processo de conhecimento, não aceita que as ciências sociais sejam equiparadas às ciências naturais, dizendo que a História deve buscar seus próprios métodos, uma vez que é uma ciência única.

Quanto ao progresso, linha mestra do pensamento de Comte, Ranke diz que

(...) não há como sustentar de um ponto de vista filosófico, a crença em uma vontade geral que dirigiria o desenvolvimento do gênero humano de uma outra etapa, ou em uma espécie de empuxo espiritual que levasse a humanidade forçosamente a um fim determinado. (...) eu não afirmaria que o progresso se faz numa linha reta (...) mas [se faz] antes ao modo das torrentes que, por conta própria, vão abrindo seu caminho (Holanda, 1979: 47).

Concernente à sua concepção, Ranke admite que o tempo histórico comporta o passado e o presente, mas não se pode conjecturar sobre o futuro, visto que o conhecimento só é possível através de pesquisas e de experiências, que se mostram impossíveis para um período cujos contornos são ainda esquivos.

Com essa diferença, Ranke foi situado na escola historicista do século XIX, correspondendo ao ponto de vista dos historiadores que atribuíam caráter único a todos os fenômenos históricos e sustentavam que cada época deve ser interpretada

em termos de suas próprias idéias ou princípios; ou ainda que, ao interpretar as ações dos homens no passado, faz-se necessário abandonar qualquer referência às crenças, motivos e avaliações de sua época.

O historicismo é uma concepção de ciência diferente do positivismo, mas que, em vários momentos, se articula com ele. Desenvolveu-se, na Alemanha, no final do século XVIII e início do século XIX, sob o postulado de que qualquer fenômeno social, cultural ou político é histórico. Segundo Michel Löwy,

(...) o objetivo desta concepção de história foi o de legitimar as instituições econômicas, sociais e políticas existentes na Alemanha, na Prússia, na sociedade tradicional, enquanto produtos legítimos do processo histórico, como resultado de séculos e séculos de história (...) e toda a tentativa de abolir, de destruir, essas instituições vulneráveis, seculares, históricas, seria arbitrária, anti-histórica, artificial que, portanto, só poderia conduzir à catástrofe (Löwy, 1996: 70-71).

No final do século XIX, tendo sido consolidado o processo de unificação da Alemanha e ocorridas as transformações nas instituições antigas, devido ao desenvolvimento do capitalismo, o historicismo - que não pode mais legitimar as instituições antigas - adquire um caráter relativista, afirmando que o conhecimento, os sistemas teóricos revelam visões de mundo transitórias, que mudam conforme as transformações que se operam no real. Por isso, as verdades são transitórias, não sendo possível afirmar nada definitivamente. Sob essa premissa, o historicismo defende a conciliação entre os vários pontos de vista, uma vez que entende que todas as concepções teóricas contribuem para o conhecimento do real, mesmo que de forma limitada.

A influência do positivismo e do historicismo no ensino de História

(...) o proletariado purificado de toda disposição anárquica por uma sábia educação, onde dominará o verdadeiro conhecimento de nossa natureza individual e coletiva, respeitará e fará respeitar uma classificação social da qual sentirá as benfeitorias contínuas. (Bergo, 1979: 179)

A educação universal⁶, defendida por Comte, tinha como principal função promover a conciliação

⁶ "Esse grande resultado não poderá ser suficientemente obtido se esse ensino contínuo permanecer destinado a uma única classe, seja ela qual for, por maior que seja sua extensão. (...) determinou-me, já há muito tempo, a sempre configurar o ensino exposto neste tratado como dirigindo-se sobretudo à classe mais numerosa. Nossa situação a deixa desprovida de toda

social e o respeito à hierarquia social uma vez que não importava, para ele, homem nem classe, mas a *Humanidade*. Assim, os ideais da escola positivista só seriam realmente entendidos e disseminados quando fossem desenvolvidas as condições que tornassem possível o ensino para todos.

(...) quando essa instrução for diretamente destinada à educação universal, mudando necessariamente seu caráter e sua direção de toda tendência contrária. O público, com efeito, que não quer vir a ser nem geômetra, nem astrônomo, nem químico, etc., sempre carece simultaneamente de todas as ciências fundamentais, cada uma reduzida a suas noções essenciais (Comte, 1978: 81).

Havia a necessidade de penetrar no vasto meio social dos proletários, e a forma mais eficiente seria, para Comte, através da educação laica e universal. O ensino deveria desenvolver as idéias de ordem e de harmonia, visando a felicidade da *Humanidade*. Já que ao povo estava negado o poder político - pela natureza da organização social engendrada pelo capitalismo -, dizia Comte que este deveria, então, satisfazer-se com a participação no poder moral que compreendia a religião e a educação.

Se o povo está agora e deve permanecer a partir desse momento indiferente à posse direta do poder político, nunca pode renunciar a sua indispensável participação contínua no poder moral. Este é o único verdadeiramente acessível a todos, sem perigo algum para a ordem universal, muito pelo contrário: traz-lhe grandes vantagens cotidianas, autorizando cada um, em nome duma comum doutrina fundamental, a chamar convenientemente as mais altas potências e seus diversos deveres essenciais (Comte, 1978: 86).

O progresso constituiu, como a ordem, uma das condições fundamentais da civilização moderna, por isso deveriam ser desenvolvidas todas as condições que pudessem assegurá-lo, bem como neutralizar todas as possíveis manifestações contrárias a ele.

(...) para existir progresso na espécie humana há a urgência de uma ação sistemática e voluntária, que é a educação a qual não é apenas intelectual, mas sobretudo moral, que começa pela mãe e termina pelo sacerdote (Comte, 1978: 81).

A educação, sendo o principal meio de libertar o homem da ignorância, da desordem e da anarquia moral, deveria, por isso, ser universal, pois se dirigiria a todos os povos, garantindo assim, a unidade humana, sem exclusão de nenhuma classe social.

Nessa concepção, educação define-se como sendo a apropriação individual dos valores do conhecimento. O currículo escolar deve estar organizado de forma a, partindo do mais simples, construir a ciência mais elaborada. O conhecimento deve se referir apenas ao humano, evitando a abstração.

Vista dessa forma, a educação vem a ser o engajamento na sociedade, ou seja, a participação em uma ordem real, não apenas numa acumulação de conhecimentos. O importante é o encadeamento racional desses conhecimentos numa *ordem enciclopédica*, de forma sistemática, retirando de cada ciência aquilo que lhe é essencial.

Nessa proposta, o conteúdo das disciplinas é para ser ensinado, não para ser discutido, debatido, ou modificado através da produção de novos conhecimentos.

A educação deveria ser iniciada, desde muito cedo, em casa, pela mãe, que tinha, na visão de Comte, um papel importantíssimo no desenvolvimento infantil, por meio da educação e manutenção da família. A educação doméstica deveria, sobretudo, desenvolver o amor aos superiores e a veneração aos ancestrais, objetivando encaminhar os indivíduos à consciência de conjunto social.

Uma digna submissão sendo a base necessária do aperfeiçoamento moral, exige tanto a sujeição interior ao exterior conforme a fê como o estabelecimento da harmonia interior pelo amor. A ciência mais abstrata pertence sobretudo uma tal atitude, porque ela tende diretamente a disciplinar o mais perturbador dos três elementos humanos, fazendo espontaneamente surgir, de seu próprio esforço, o irresistível freio de uma plena evidência (Bergo, 1979: 83).

A obediência desenvolverá então a sujeição que manterá a unidade, fator fundamental ao estabelecimento da ordem. A educação colocará os indivíduos à serviço da ordem, através da interiorização dos ideais positivos, pois a nova ordem do mundo não necessita do negativo, mas do positivo.

Ivan Lins⁷ diz que há, no positivismo, um princípio fundamental, que é o da primazia da educação para a solução de problema social enquanto participação da riqueza intelectual por parte dos capitalistas e da classe proletária. Bergo (1979) acrescenta, ainda, que o sistema comteano, como uma obra eminentemente educativa, contribui de maneira preponderante para a história das idéias

instrução regular, por causa da dessuetude crescente da instrução puramente teológica" (Comte, 1978: 82).

⁷ Ivan Lins, *História do positivismo no Brasil*, p. 237.

pedagógicas em diversos países sob a orientação capitalista.

Comte lutou para que sua teoria fosse aceita pelas classes dominantes, pois a educação positiva, ao treinar o sujeito no respeito aos chefes, desenvolvendo nele o sentido de responsabilidade, contribuiria para que o expediente da força não fosse necessário.

Uma tal educação, afirma Bergo, como a existência que ela deve preparar, subordinará sempre a inteligência à sociabilidade, tomando esta por alvo e a outra por meio. Ela é sobretudo obstinada a dispor os proletários a seu nobre ofício social de principais auxiliares do poder filosófico e também a lhe fazer o melhor para realizar suas funções especiais.

O século XIX deu especial atenção à reestruturação de instituições, como a escola e a família que se julgava, então, serem capazes, se bem estruturadas, de auxiliar na gestão da sociedade civil, cujo bom andamento deveria promover o progresso da humanidade, sendo primordial para a manutenção do estado burguês.

A concepção positivista, visando educar através da família, da moral e do civismo, atribuiu papel bastante importante à disciplina de História. Porém, esta deveria ser ensinada de forma a desenvolver o espírito positivo.

Nesse pensamento, nega-se a ação do sujeito na história, uma vez que

... todos os acontecimentos reais, compreendendo os de nossa própria existência individual e coletiva, estão sempre sujeitos a relações naturais de sucessão e de similitude, essencialmente independentes de nossa intervenção (Comte, 1978: 110).

Ao transpor o ideário evolucionista⁸ para a explicação da História, Comte retira dos homens a capacidade de serem agentes transformadores do real, percebendo-os como seres pacíficos que vivem à mercê do curso natural da história.

As exaustivas narrações dos fatos promoviam a desvinculação entre passado e presente. Os fatos históricos relevantes eram os eventos políticos,

administrativos, diplomáticos, religiosos. Esses fatos falavam por si mesmos. Ao educando, não podia ser dado o direito à dúvida, pois toda reflexão seria nociva e poderia levar à especulação filosófica e à subjetividade, que deturpariam o caráter positivo da história.

O tempo positivo é linear e evolutivo, rumando em direção à ordem e ao progresso social, por isso se dá muita ênfase a alguns acontecimentos passados, aqueles que se referiam a grandes batalhas, aos grandes heróis. A história vista dessa forma apresenta um real opaco, morno, como se todas as transformações importantes já tivessem acontecido em um passado remoto. O tempo presente é um tempo de calma, que segue tranqüilamente para um fim que já está anunciado: o progresso e a felicidade das nações.

Na visão de Comte, quando a *Humanidade* tivesse compreendido que o fim último da civilização era o progresso, bastava, para tanto, que se viabilizassem maneiras de manter a ordem, e a educação para todos era o principal caminho para sua manutenção. Uma educação que visa, principalmente, à manutenção da ordem e à redenção da *Humanidade*, não pode ter em seus conteúdos elementos que possam desvirtuar esse objetivo. Assim, a idéia de harmonia e de consenso social, visando à ordem como garantia do progresso, este sempre presente nas políticas educacionais desenvolvidas sobre esse referencial teórico. Para o positivismo, a História como disciplina se constitui de fatos que se interligam e inter-relacionam entre si promovendo, assim, a explicação do desenvolvimento do mundo.

(...) a realidade existe como totalidade dos elementos e de todas as combinações destes elementos (...) a concepção científica do mundo conhece unicamente fatos e relações entre fatos sobre os quais, deve submeter-se também a consciência cognitiva (Habermas, 1982: 91).

No final do século XIX até a primeira metade do século XX, os conteúdos da História eram compostos de exaustivas narrações das origens das grandes nações e dos feitos dos grandes estadistas. O ideal presente nesse ensino era o do progresso contínuo, aprendido através do estudo dos fatos, representado pela linearidade e superposição constante dos acontecimentos, demonstrando, assim, que o curso da história é sempre ininterrupto e gradual.

No estudo da História, o aluno deveria memorizar os acontecimentos passados - da sociedade civilizada - para que nunca se esquecesse do ônus pago por seus ancestrais, para que o mundo pudesse se modernizar e progredir. O culto aos

⁸ Para os primeiros evolucionistas, o foco central de interesse era o desenvolvimento da cultura da humanidade como um todo, e não de uma sociedade específica. Almejavam captar o ritmo do crescimento sociocultural do homem e, através das similaridades apresentadas, formular generalizações de ampla aplicabilidade que explicassem o desenrolar da história humana. Para eles, a cultura se havia desenvolvido em todas as partes do mundo, em estádios sucessivos caracterizados por organizações econômicas e sociais específicas. Por estes estádios deveriam passar todos os grupos humanos, uns mais rapidamente que outros. Turgot e Condorcet são fontes de muitas das idéias que constituíram o corpo da doutrina evolucionista do século XIX, e já as tinham formulado muito antes de 1835. (*Dicionário de Ciências Sociais*, p. 444).

antepassados, aos heróis, foi muito importante, juntamente com o respeito às tradições e aos símbolos, que representaram essas tradições, tendo a função de manter sempre viva a memória dos acontecimentos passados.

Heróis são símbolos poderosos, encarnações de idéias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e os corações dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos. Não há regime que não promova o culto de seus heróis e não possua seu panteão cívico (Carvalho, 1995: 55).

Inerente aos conteúdos da História tradicional, estava explícita a forma como aqueles conteúdos deveriam ser trabalhados. Os mapas das grandes nações, os tratados, as cartas eram recursos imprescindíveis ao bom professor de História. Para a fixação de todo aquele “repertório” de fatos e acontecimentos passados, fazia-se necessário, ao final de cada unidade trabalhada, uma síntese e uma avaliação objetiva, para saber se o aluno havia, realmente, assimilado “bem” os conteúdos transmitidos. Para tanto, o aluno era submetido a listas intermináveis de perguntas que forçavam a releitura do texto inúmeras vezes até a exaustão, uma vez que deveria reproduzi-las com exatidão nas provas orais ou escritas.

Esse tipo de procedimento levava a um processo de ensino-aprendizagem baseado exclusivamente na exposição, leitura e memorização. Saber história das civilizações significava conhecer as grandes nações, o nome dos seus heróis, suas capitais, a língua, a moeda, a economia, a política, as datas comemorativas. Saber história da nação - no caso do Brasil - significava lembrar imediatamente, quando perguntado, quem rezara a primeira missa no Brasil, quem proclamara a Independência, quem proclamara a República, quem libertara os escravos, quem descobrira o Brasil... cultuando, desta forma, personalidades, instituições, datas e lugares. Pensar era permitido, porém dentro deste esquema estanque de perguntas e respostas.

Considerações finais

Uma concepção, ao orientar conteúdos e práticas de ensino, nunca se apresenta de forma pura. Sofre influência de outras formulações teóricas que sejam, em alguns pontos, compatíveis com seus elementos constitutivos. A orientação positivista presente no ensino de História através de modelos, leis, programas, currículos, compêndios e manuais

escolares, freqüentemente, apresentou idéias desenvolvidas pelos idealistas, pelos historicistas, pelos presentistas e pelos estruturalistas. Convencionou-se chamar de tradicional o ensino de História que segue essas orientações e que, no século XIX, imprimiu um caráter cientificista aos currículos escolares, mas que faz sentir sua influência ainda hoje através de conteúdos, atividades e práticas pedagógicas presentes no ensino desta e de outras disciplinas escolares.

Referências

- BERGO, A.C. *O positivismo como superestrutura ideológica no Brasil e sua influência na educação*. 1979. Dissertação (Mestrado) – UNICAMP, Campinas, 1979.
- BOURDÉ, G.; MARTIN, H. *As escolas históricas*. Lisboa: Europa-América, [s.d].
- CARVALHO, J.M. Os positivistas e a manipulação do imaginário. In: CARVALHO, J.M. *A formação das almas: o imaginário e a formação da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- COMTE, A. *Curso de filosofia positiva, discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo, discurso sobre o espírito positivo*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).
- CRUZ COSTA, J. Auguste Comte e as origens do positivismo. *Revista de História*, São Paulo, v.1, n.3, p.363-382, jul./set. 1950 (parte 1).
- CRUZ COSTA, J. Auguste Comte e as origens do positivismo. *Revista de História*, São Paulo; v.1, n.4, p.527-545, out./dez. 1950 (parte 2).
- CRUZ COSTA, J. Auguste Comte e as origens do positivismo. *Revista de História*, São Paulo, v.2, n.5, p.81-103, jan./mar. 1951, (parte 3).
- CRUZ COSTA, J. O positivismo na República (notas sobre a história do positivismo no Brasil). *Revista de História*, São Paulo, v.7, n.15, p.97-132, jul./set. 1953.
- DICIONÁRIO de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.
- FLORENZANO, M. *As revoluções burguesas*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- HABERMAS, J. *Conocimiento e interes*. Madrid: Taurus, 1982.
- HOLANDA, S.B. de; FERNANDES, F. (Org.). *RANKE, Leopold von. História*. São Paulo: Ática, 1979.
- LANGLOIS, C.; SEIGNOBOS, C. *Introdução aos estudos históricos*. São Paulo: Renascença, 1946.
- LINS, I. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1967.
- LOWI, M. *Ideologias e ciência social - elementos para uma análise marxista*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

Received on October 17, 2000.

Accepted on January 22, 2001.